

**AGRICULTURA FAMILIAR:** Políticas públicas e gestão de projetos no município de Nortelândia, Mato Grosso.

Franklin Barros Borges<sup>1</sup>

Anderson Domingos da Silva<sup>2</sup>

**RESUMO:**

O tema da agricultura social parece ter ganhado importância no Brasil. Essa percepção é decorrente dos inúmeros trabalhos encontrados sobre o tema na internet sob a forma de artigos e livros. Em Mato Grosso existem inúmeros assentamentos da agricultura familiar e no polo-Diamantino, que é constituído pelos municípios próximos a ele, estão alguns cuja formação e desenvolvimento são interessantes do ponto de vista social, político e econômico. Este artigo traz como proposta uma análise do projeto de assentamento e agricultura familiar do município de Nortelândia, Mato Grosso, para discutir acerca dos fatores que dificultam o seu desenvolvimento econômico no mercado interno do município.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agricultura familiar; Agronegócio; Políticas Públicas; Projetos.

---

<sup>1</sup> Especialização em Gestão em Agronegócios pela FID – Faculdades Integradas de Diamantino. E-mail: franklin.barros@v-agro.com.br.

<sup>2</sup> Mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso. Professor de Metodologia da FID – Faculdades Integradas de Diamantino. E-mail: anderdomingos@hotmail.com.

## **Introdução**

É importante mapear o andamento da agricultura familiar e buscar compreender como se comporta sua gestão, principalmente por que essa ação permite visualizar os problemas como também pensar de que forma estes poderão ser resolvidos à luz de processos adequados de gestão.

Pensar como a agricultura familiar poderá contribuir com o agronegócio – e vice versa - é também uma tentativa de contribuir com o município em que esta foi implantada. Nosso desejo inicial era investigar como se desenvolveu a agricultura familiar em três municípios: *Diamantino, Alto Paraguai e Nortelândia*, entretanto, devido a inúmeras questões, dentre elas, do custo da pesquisa, optamos por centrar forças em um município, Nortelândia, devido a maior abundância de informações. Lançar um olhar sobre aquele assentamento rural<sup>3</sup> nos permite tratar de algumas saídas por eles encontradas para a agricultura familiar, sua sobrevivência e seu desenvolvimento, além dos problemas.

Em Nortelândia, o assentamento foi batizado pelo nome de “Raimundo da Rocha”. Ao buscar informações, estabeleceu-se nosso objetivo de conhecer e apresentar as condições de implantação do assentamento no conjunto das políticas públicas voltadas à agricultura familiar e suas condições de manutenção no tocante ao suporte do poder público.

Para alcançar esses objetivos lançamos mão de uma pesquisa qualitativa, descritiva e subsidiada por materiais escritos e análise bibliográfica. A pesquisa buscou avaliar o andamento da Agricultura Familiar, suas fraquezas e perspectivas de desenvolvimento a partir de ações dos próprios assentados.

Por se tratar de uma pesquisa descritiva, existe uma forte perspectiva nosso olhar para o assentamento. O uso de materiais escritos trouxe uma melhor visão daquele grupo e de como conseguiram se sustentar naquilo que precisavam. Por trazer uma análise bibliográfica foi possível encontrar textos que discutem gestão, gestão de projetos, agronegócio entre outras questões ligadas à gestão. Para a coleta dos dados necessários à análise optou-se pela aplicação de um questionário, com perguntas abertas

---

<sup>3</sup> Segundo o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, um assentamento é um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário. Ver: <http://www.incra.gov.br/assentamento> .

e fechadas, aplicadas com 10 assentados, realizado em pesquisa de campo, momento no qual se foi aos lotes e também se ouviu os assentados individualmente. Entretanto, a entrevista gravada foi efetuada apenas com três deles. Para este artigo optamos pela seguinte organização: tratar das políticas públicas para a agricultura familiar, apresentar o assentamento, objeto do trabalho, e, por último, discutir acerca das dificuldades de voltar-se ao comércio local.

### **Aspectos da política pública voltada à agricultura familiar no Brasil**

Quando se fala em políticas públicas faz-se necessário compreender que estas se tratam de um conjunto de ações promovidas pelo estado para alcançar um resultado determinado. Existem inúmeras políticas em pleno funcionamento no Brasil, estas têm como objetivo fomentar, reparar, desenvolver áreas, situações, grupos, entre outros aos quais se percebe necessidades de interferências pelo poder público.

As políticas públicas envolvem vários setores, dentre eles, a agricultura familiar que é uma política voltada para o desenvolvimento agrícola para auxiliar o homem do campo. Destaca-se aqui o PRONAF e a Reforma Agrária, que são políticas voltadas para o meio rural, com o objetivo de promover o desenvolvimento de pequenos agricultores para que tenham um meio de sobrevivência, inicialmente, mas que possam se estabelecer, se estabilizar e, posteriormente, contribuir com a economia local, estadual e nacional.

Segundo Buainain, Romeiro e Guanziroli (2003), desde a década de 1960, começaram a surgir, programas e projetos de financiamento para os pequenos produtores rurais. O objetivo destes programas era ajudar - de uma forma mais eficiente - os agricultores a elevarem o nível de renda considerando-se também o bem-estar das populações rurais. Pois, os agricultores contemplados pelos programas eram agricultores pobres, com baixíssima ou nenhuma capacidade própria de investir em melhorias no seu pedaço de terra. Para Santos e Rodriguez:

[...] Ao propor uma distribuição mais equitativa de renda, em benefício dos pobres do campo, por meio de subsídios e recursos a fundo perdidos [permitindo o desenvolvimento das famílias], cabe [agora] investigar até que ponto as políticas de crédito para os agricultores assentados assumem o caráter anti-sistêmico nas propostas que não se adequam à lógica hegemônica ou aos

princípios do capitalismo dominante. (SANTOS & RODRIGEZ, 2002, p.7)

Ao propor políticas capazes auxiliar as famílias nesse primeiro contato de desenvolvimento da terra, essas políticas ajudaram a agricultura familiar - objeto deste trabalho – no processo de se tornarem unidades produtivas, permitindo também que os assentados pudessem produzir seus produtos com condições de oferecê-los ao mercado.

É possível acreditar que essas políticas, que deram origem a programas de ação, ajudaram muito, devido ao número de assentamentos que ocupam áreas de situação precária e cujos investimentos tornaram as terras produtivas. Por outro lado, é necessário ponderar que existiram falhas de execução dos processos, sobretudo no que diz respeito ao controle das verbas e do auxílio (técnico, econômico, social) para os assentados no projeto de promoção da agricultura familiar, o que é uma percepção natural para qualquer pessoa que acompanhe pelas mídias os acontecimentos ligados à questão agrária no Brasil.

Entretanto, através desse acompanhamento midiático da agricultura familiar também é possível perceber a luta das famílias, e o longo processo que está entre conseguir a terra e a obtenção dos créditos para serem investidos nela. Essa possibilidade de crédito esbarra em inúmeros problemas, o maior deles é o uso indevido sem o devido acompanhamento, que acabou por deixar a dívida para o agricultor familiar e, assim, inadimplência e, conseqüentemente, falta de condições para a obtenção de um novo financiamento, até que a dívida que já existe seja quitada. Desta forma, cria-se um círculo vicioso.

### **Agricultura Familiar**

Entende-se por agricultura familiar a ação de cultivo da terra que seja realizada por pequenos produtores rurais. Para fazer parte da agricultura familiar as famílias devem praticar alguma atividade rural. Segundo as regras da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário: “as famílias devem possuir uma renda familiar originada da própria terra”.

A agricultura familiar abrange vários estados do Brasil. Ela é uma fonte de renda para que os pequenos produtores que através do cultivo de seus produtos ajudam a economia e o crescimento local, uma vez que esses agricultores podem tirar o seu sustento de sua pequena produção, mas também podem oferecer empregos para aqueles que precisem.

É possível perceber que essa agricultura conheceu um crescimento considerável em nosso país, crescimento este que veio acompanhado de altos índices de produção. Um dos fatores responsáveis por esse crescimento é o fato de que o Brasil é rico em terras produtivas e, também que as políticas voltadas ao desenvolvimento agrário levaram, desde a década de 1960, grande número de agricultores a trabalharem nelas. Os agricultores podem trabalhar tanto no plantio como também na criação de animais. No estado do Mato Grosso, os agricultores historicamente optaram pelas duas coisas, tendo como ponto de partida as possibilidades da terra, quanto com relação ao seu tamanho quanto em relação à capacidade de produção e, sobretudo, acesso aos incentivos do estado para o financiamento da produção. A maioria da agricultura do estado é destinada a criação de gado e ao plantio de soja, milho e cana-de-açúcar. Segundo Araújo:

Com a fixação do homem à terra, formando comunidades, surgem organizações as mais diferenciadas no que se refere ao modo de produção, tendendo à formação de propriedades diversificadas quanto à agricultura e à pecuária. Os trabalhadores eram versáteis, aprendendo empiricamente e executando múltiplas tarefas, de acordo com a época e a necessidade. (ARAÚJO, 2010, p.02)

Realmente, agricultores têm desenvolvido, ao longo da história, diversas atividades - de acordo com suas necessidades - e, ao mesmo tempo em que preparam um pedaço de terra para ser plantada, em outro pedaço já estava colhendo seus produtos. Entretanto hoje, essas assim chamadas - “necessidades” - precisam incorporar as análises acerca daquilo que é ideal para cada estado ou região, tanto em termos de produção quanto em termos de gestão da produção e escoamento. A não observância dessas questões podem acarretar problemas diversos que poderão servir de entrave ao desenvolvimento do agricultor rural.

Ao seguir as análises do que é considerado “ideal” o agricultor rural passa a ter mais chances de pretear aos recursos de programas como o PRONAF<sup>4</sup> que executa vários financiamentos para as famílias, entre outras categorias amparadas pelo programa, tendo como condição que os recursos sejam investidos dentro de seu assentamento rural. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, existem variações do programa para atender as diversas necessidades que possam se apresentar em meio à diversidade brasileira: *Pronaf Custeio*, *Pronaf Investimento (Mais Alimentos)*, *Microcrédito Rural*, *Pronaf Agroecologia*, *Pronaf Mulher*, *Pronaf Eco*, *Pronaf Agroindústria*, *Pronaf Semiárido*, *Pronaf Jovem*, *Pronaf Floresta*, *Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares* e *Pronaf Cota-Parte*<sup>5</sup>. Entre outras políticas públicas voltadas à agricultura familiar no Brasil.

Dentre as possibilidades apresentadas pelo programa é fundamental citar o Pronaf Custeio, criado para financiar atividades agropecuárias, de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros dentro da agricultura familiar. Essa modalidade precisam de participantes ativos de cooperativas, associações ou outras pessoas jurídicas que tenham, no mínimo, 90% de seus integrantes ativos agricultores familiares dos citados grupos e que comprovarem, no projeto técnico de crédito, que mais de 70% da matéria-prima a beneficiar ou a industrializar são de produção própria ou de associado/participante<sup>6</sup>.

Também é importante citar o Pronaf Jovens que incentiva os jovens filhos de agricultores com 16 anos até 25 anos que cursam ou que já tenham concluído algum curso de formação por alternância ou em alguma escola técnica agrícola. E o Pronaf Mulher, que Financia investimentos de propostas de crédito, independentemente do estado civil da mulher. Pode ser usado para investimentos realizados nas atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural de interesse da

---

<sup>4</sup> Segundo a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, o *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)* financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Ele oferece baixas taxas de juros de financiamento rural, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito em todo o país. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa>. Acesso em: 12/01/2016.

<sup>5</sup> Ver: Cartilha do Ministério do Desenvolvimento Agrário voltada à Políticas Públicas Para Agricultura Familiar. Acesso em: <http://www.mda.gov.br>.

<sup>6</sup> Idem

mulher agricultora<sup>7</sup>. Essas modalidades foram buscadas pelos assentados do “Raimundo da Rocha” como alternativa para viabilizar o seu crescimento.

## **O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**

O programa que beneficia os pequenos produtores rurais com financiamentos para facilitar a sua produção no campo. Segundo Silva, em documento retirado de IPEA<sup>8</sup>, temos o seguinte:

O PRONAF, instituído em 1996 por meio do Decreto nº 1.946, foi planejado e implementado com base em uma discussão na qual se inseriu uma ampla rede de organizações, envolvendo diversas escalas governamentais, organizações não governamentais (ONGs), movimentos sociais, dentre outros atores. Em seu desenho institucional inicial, o PRONAF foi organizado em três linhas distintas: i) Crédito, linha esta que, desde o início do programa foi a principal em termos de volume de recursos (mais de 90% do total); ii) Infraestrutura e Serviços Municipais, que a partir de 2003 passou a ser deliberada em âmbito territorial; e iii) Capacitação, que perdeu sua importância atualmente. As fontes de recursos para o PRONAF apontadas pelo Governo Federal são: o Orçamento Geral da União (OGU), Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), bancos cooperativos e os fundos constitucionais e exigibilidade bancária. Os recursos são alocados pelo Tesouro Nacional tanto para o financiamento direto aos beneficiários como para a equalização dos juros nos financiamentos do FAT. (SILVA, 2008, p.12) Grifo Nosso.

O PRONAF financia projetos individuais ou coletivos para os agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O objetivo é que os produtores possam ter uma renda. Esse programa permite o acesso às mais baixas taxas de juros de financiamentos. O crédito adquirido pode ser investido pelo agricultor tanto para a compra de máquinas ou equipamentos quanto para produtos agropecuários. Os agricultores enquadrados na reforma agrária podem adquirir o financiamento através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

---

<sup>7</sup> Outra política pública importante é a da Reforma Agrária que permite a desapropriação das terras para os assentados. Informações disponíveis através do site da Secretaria especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário: <http://www.mda.gov.br/>.

<sup>8</sup> O IPEA é o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Em seu site é possível encontrar artigos que discutem, entre inúmeros assuntos de natureza econômica e do desenvolvimento nacional, informações acerca da agricultura familiar.

O programa PRONAF divide-se em três linhas de crédito distintas e mais utilizadas: o PRONAF custeio; Jovem e Mulher. É necessário destacar que esse programa recebe fortes recursos do governo federal, o que, de acordo com Bittencourt significa que:

[...] a institucionalização de uma nova relação entre o sistema bancário e a agricultura familiar, acarretando em uma “dimensão pública” inédita no país. Com isto, a institucionalização do PRONAF e sua propagação em todo o território nacional trouxeram um novo cenário para a disseminação do microcrédito no Brasil, em especial para atividades produtivas rurais. O microcrédito é uma modalidade de financiamento que tem como objetivo oferecer acesso, em condições especiais, a linhas de crédito para pequenos investidores. (ARAÚJO, 2010, p. 14).

A parceria entre Bancos e Agricultura Familiar elevou a posição do programa tornando-o o financiamento muito conhecido dentro do país e também um dos créditos mais utilizados para as atividades rurais. Um dos grandes motivos para isso se deve ao fato de este oferecer taxas de juros baixas, aliadas a facilidade de adquiri-lo tendo como exigência que o indivíduo esteja enquadrado nas normas estabelecidas pelo programa.

### **O assentamento “Raimundo da Rocha”, município de Nortelândia – MT.**

Em Mato Grosso existe um grande número de assentamentos que são oriundos de Reforma Agrária. Os números são de 2011, mas segundo o INCRA são:

[...] 539 projetos de assentamentos rurais, dos quais 391 foram feitos pelo governo federal (INCRA), 127 pelo governo estadual (INTERMAT), 16 por iniciativas municipais e 05 projetos são denominados pelo Incra como glebas. Ao todo, foram assentadas 83.791 famílias numa área de 60.699,484364 km<sup>2</sup>, correspondente a 6,72% da área total do Estado de Mato Grosso. (<http://www.incra.gov.br/assentamento>).

Para os pesquisadores Janice Alves Lamera e Adriano Marcos Rodrigues Figueiredo, observando a história da propriedade de terras mato-grossenses, que sempre favoreceu a grande propriedade rural, foi possível se compreender as raízes da estrutura

fundiária em nosso estado. Foi a partir dela que surgiu a pequena agricultura familiar, que de modo significativo é originária de assentamentos rurais (LAMERA & FIGUEIREDO, 2008, p.98). No polo-Diamantino<sup>9</sup> existem vários casos de surgimento da agricultura familiar da forma como se apresentou. O mais estudado é o “assentamento Bojuí”. Entretanto, dentro do polo-Diamantino é possível destacar vários assentamentos nos municípios de Alto Paraguai, Nortelândia, Santo Afonso.

Nossa proposta, como se afirmara anteriormente, é analisar o município de Nortelândia, no qual se encontram três assentamentos: *São Francisco*, *Nossa terra, nossa gente e Raimundo da Rocha*. Nossa proposta é apresentar o assentamento Raimundo da Rocha, que dos três foi o mais acessível e também foi o que apresentou mais ações ligadas ao mercado local.

O assentamento Raimundo da Rocha foi originado de um movimento chamado “União e Trabalho” que ocorreu na década de 1990. Após 07 anos de lutas e de enfrentamento das inúmeras adversidades para se estabelecerem na região, pequenos agricultores conseguiram fixar-se à terra, meio através do qual passaram a adquirir sua subsistência. Atualmente seguem vivendo no assentamento 194 famílias<sup>10</sup>.

Ao tratar desse objeto de pesquisa, não encontramos fontes que pudessem apresentar os dados mais absolutos, desta forma, as informações foram retiradas de depoimentos orais e da aplicação de questionário com 10% das famílias localizadas, além do que também foi possível encontrar alguns panfletos e artigos de jornal.

Entre os principais depoentes utilizados nesta pesquisa encontra-se um dos pioneiros do movimento União e Trabalho, o senhor Josafá, de 50 anos, casado, agricultor familiar há 43 anos, sindicalista e com ensino fundamental completo. Ele foi a principal referência de contato no assentamento e também o elo com outros três depoentes. Através dele foi possível construir o histórico que se apresenta abaixo.

---

<sup>9</sup> Polo-Diamantino é constituído por um conjunto de município que se emanciparam territorialmente do município de Diamantino ao longo do século XIX e XX. De alguma forma o município ainda concentra instituições educacionais e administrativas que fazem com que indivíduos de outros municípios tenham que se deslocar para Diamantino para ter sua necessidade atendida. Para efeito deste estudo, minhas reflexões tratarão dos assentamentos do município de Nortelândia, mas poderão pensar assentamentos localizados no município de Alto Paraguai e Diamantino.

<sup>10</sup> Informação apresentada pelo presidente da cooperativa estabelecida pelas famílias.

## Histórico do Assentamento<sup>11</sup>

Localizado nas proximidades da rodovia MT-240, no trecho que liga os municípios de Nortelândia e Alto Paraguai, há aproximadamente 17 km da cidade de Nortelândia encontra-se o assentamento Raimundo da Rocha, constituído partir da desapropriação da fazenda Barreirão.

A luta pela desapropriação se deu através da relação entre o senhor Josafá Santos da Rocha e um conjunto de famílias, pessoas que viviam no próprio município de Nortelândia e de outros municípios próximos, que, sem emprego resolveram procurar outro meio de vida a partir do que sabiam que era a “lida do campo”.

Algumas famílias estabelecidas naquele assentamento haviam trabalhado originalmente na atividade de garimpo. Segundo o senhor Carlos Alberto (depoente):

[...] Nortelândia foi originária da atividade mineradora de diamante e de ouro [...] e também não houve uma preocupação dos governantes em estar desenvolvendo uma atividade econômica paralela ao garimpo e que sustentasse economicamente o município quando o garimpo exaurisse.

Impulsionados por esse quadro econômico caótico e sem condições de promover a saída da região, em busca de melhores condições de vida e trabalho, um grupo de homens e mulheres encontrou como alternativa lutarem pela desapropriação da fazenda Barreirão em 22 de abril de 1998, criando-se, assim, o movimento “união e trabalho”.

Como havia por parte dos trabalhadores a necessidade de ampliar o movimento, para que houvesse pessoas o suficiente que pudessem garantir a permanência deles todos na propriedade da fazenda Barreirão, o senhor Josafá, um dos protagonistas da invasão, teve a ideia de convidar outras mais pessoas com o objetivo de engrossar o volume de trabalhadores e aumentar as forças que pudessem se estabelecer na luta pela terra.

---

<sup>11</sup> Esse tópico foi constituído pelos depoimentos dos senhores *Josafá Santos da Rocha*, *Carlos Alberto Silva* e *Maria Sebastiana*. O texto corresponde a um resumo constituído a partir dos três depoimentos.

No começo estavam inscritas 585 famílias. Nos primeiros 18 meses do movimento foram realizadas várias reuniões que aconteciam na cidade. Nos dois anos seguintes, de 1998 a 2000, essas reuniões passaram a acontecer no próprio acampamento, na beira da estrada (MT 240). Elas tinham a função de articular novas ações e também permitir que os trabalhadores não cedessem às pressões e diversas ameaças de expulsão.

Após esse período conturbado ocorreu à desapropriação da fazenda com a emissão de posse pelo INCRA, o que possibilitou aos integrantes do movimento serem realmente donos da propriedade onde permaneceram acampados por mais dois anos. A autorização institucional veio em 08 de agosto de 08 de 2005, promovendo a divisão da fazenda em lotes para serem entregues aos participantes selecionados do movimento. Ou seja, àqueles que atendiam aos critérios estabelecidos pelo governo.

Entre os problemas enfrentados pelas famílias, que se apresentou também como obstáculos foi o surgimento de interesses divergentes entre os grupos de assentados, fator de desentendimentos e que gerou o atraso no andamento de todo o processo de desapropriação e posse da terra. Durante o processo de desapropriação o movimento contou com a ajuda de políticos do estado, entre eles, o senador Jonas Pinheiro e o procurador do INCRA na época.

Devido às famílias dos acampados serem, em sua grande maioria, de baixa renda e não terem condições para comprar alimentos ou conseguir água potável, uma das soluções imediatas era que os líderes do movimento se organizassem e fossem buscar entre a população de Nortelândia e junto ao próprio INCRA um auxílio emergencial. A comunidade local respondeu em auxílio aos assentados, socorrendo-os com relação à saúde e alimentação e subsidiando sua permanência na terra.

Os lotes foram divididos e entregues para os acampados no dia 08 de agosto de 2005. O senhor Josafá haviam conseguido o direito de escolher 47 lotes que seriam entregues ao grupo que se estabeleceu. O restante foi entregue levando-se em consideração o maior tempo de participação no movimento e maior tempo de acampamento.

Do movimento original, das 585 famílias que estavam inscritas, muitas delas não tinham o perfil de agricultor familiar, critério da Reforma agrária. Assim, foram

assentadas apenas 194 famílias. Cada uma foi contemplada com uma casa, e com o fomento alimentação no valor de 1.000 reais, que poderia ser trocado apenas por alimentos, receberam ferramentas para que pudessem dar início ao processo de exploração da terra.

Após estarem assentadas as famílias conseguiram com a orientação do INCRA os benefício do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que beneficiou os agricultores com créditos que pudessem adquirir maquinários e/ou produtos agropecuários. Com o crédito em mãos puderam recorrer a uma empresa particular, a Terra Brasília, para auxiliar no processo de produção da terra. Outras famílias receberam o auxílio da EMPAER, que ofereceu assistência técnica por 01 ano, elaborando projetos, a análise da terra e a consultoria acerca da criação de animais. Até 2011 as famílias foram contempladas com energia elétrica, estradas e também casas populares, bem como, a possibilidade de sua reforma.

O assentamento, que ocupa uma área de 5.823 hectares, com uma área de reserva de 3.000 hectares aproximadamente, conta com várias minas, rios e riachos importantes para o meio ambiente na região (<http://www.incra.gov.br/assentamento>).

Atualmente, o assentamento é conhecido em quase todo estado por sua estrutura. É um dos que mais recebeu projetos na região. Esses projetos foram implantados por meio de parceria entre o governo federal com o município. Entre eles está o:

- Projeto bacia leiteira;
- Projeto avicultura;
- Projeto piscicultura.

O assentamento é beneficiado com um centro de capacitação da difusão tecnológica da agricultura familiar. Neste centro os produtores rurais de Nortelândia e de toda região, são treinados para aumentar sua rentabilidade, por meio dos projetos que vão ser implantados no município. São oferecidos cursos em parceria com o SENAR, SENAI, SENAC para os agricultores e suas famílias. Essas ações tem a função de deter o êxodo rural e manter o filho do trabalhador rural na terra com condições de ajudar sua família.

### **Análise das necessidades do Assentamento “Raimundo Da Rocha”.**

Para a sobrevivência do assentamento, a realização de projetos coletivos que pudessem subsidiar a permanência e o desenvolvimento das famílias era fundamental. Desta forma, o desenvolvimento de projetos para o trado do leite, da criação de peixe e aves permitiu que os agricultores pudessem atingir o mercado local e regional. Entretanto, devemos considerar, segundo as teorias que tratam da análise e acompanhamento de projetos que: “todo projeto possui um ciclo de vida, como início, planejamento, execução, acompanhamento ou monitoramento, e conclusão do projeto” (CARVALHO, 2011). Segundo Carvalho:

Para que se concretize um projeto após a decisão de implantá-lo, é necessário o aporte de recursos financeiros, normalmente recursos com restrição de disponibilidade orçamentária, que têm custo para a sociedade e para os quais se busca algum benefício social. (CARVALHO, 2011, p.14).

A implantação de projetos no assentamento Raimundo da Rocha permitiu não apenas o desenvolvimento daquelas famílias de assentados, como também refletiu em toda comunidade representada pelo município e polo-Diamantino, na medida em que se reverteu em produtos acessíveis como: leite, frangos e peixes, além de trazer o benefício de manter um número significativo de pessoas empregadas e em condições de empregar.

O próprio processo de formulação dos projetos também pode ser apresentado como algo agregador na medida em que nas suas etapas, as famílias foram gerando novas perspectivas de ação e produção, bem como, formas de atingir melhor o mercado no qual desejam se inserir. Na perspectiva dos projetos a fase do planejamento, por exemplo, permitiu que decidissem em grupo as etapas do projeto, ou seja, o que seria feito, com quais objetivos, quais ações seriam executadas e quais recursos seriam necessários.

Ao pensarem o que seria feito, construíram também um orçamento, um cronograma de atividades partindo de reuniões para saber qual seria o dimensionamento

da necessidade de financiamento e de investimento que precisariam para tocar as ações que estavam planejando. O estágio seguinte foi o da execução, que exigiu profissionais capacitados para coordenar as atividades previstas nos cronogramas.

No estágio de acompanhamento dos projetos foi necessária muita interatividade entre o planejamento e a execução, essa interatividade aconteceu de forma contínua, apresentando como principal falha a possibilidade de trocas de informações o que os levou para uma dificuldade aguda de cumprir as etapas de execução, custos e, conseqüentemente, de manter a qualidade daquilo que produziam. Como a qualidade é uma das chaves para que ocorra o sucesso na implantação de qualquer projeto, faz-se necessário dizer que os projetos desenvolvidos no assentamento, sobretudo de aves e leite, conheceram perdas significativas havendo desperdícios e perdas financeiras.

Atualmente o assentamento possui inúmeras necessidades, todas provenientes da falta de um acompanhamento sistemático das ações com foco na qualidade de seus produtos, o que acabou por ocasionar perdas que tentam superar. Algumas pesquisas foram realizadas para determinar o que a comunidade considera necessário para o seu desenvolvimento.

Conforme o resultado das respostas ao questionário aplicado a 58 assentados, foi possível perceber que estes se percebem na situação abaixo apresentada:

- As famílias nunca se uniram para organizar um projeto único que beneficiasse a todos;
- Existe entre os assentados uma divergência entre o que deve ser empreendido coletivamente entre voltar à atenção ao: gado leiteiro, avicultura, gado de corte, piscicultura e reforma de pasto;
- Existe uma percepção coletiva de que no assentamento há: falta de infraestrutura e incentivo, falta de experiência para realizarem as ações corretamente, inadimplência junto ao Pronaf e dificuldade de escoamento de seus produtos até os mercados locais;
- A falta de uma ação mais efetiva do poder público para auxiliar em seu desenvolvimento;
- E a identificação de que uma ação efetiva é necessária – a partir de projetos coletivos – como saída para a manutenção da renda atual e crescimento próximo;

## **Considerações Finais**

Ao buscar investigar a situação do Assentamento “Raimundo da Rocha”, município de Nortelândia, inúmeros entraves apareceram, entre eles questões ligadas à informações acerca do desenvolvimento do assentamento e de sua relação com o mercado local e sua condição de atendê-lo.

Desta forma, passamos a buscar pessoas que melhor pudessem nos auxiliar acerca para o alcance de nossos objetivos. Ao conhecer os senhores Josafá Santos da Rocha, Carlos Alberto Silva e Maria Sebastiana, que aceitaram contar o que sabiam sobre o desenvolvimento do assentamento, foi possível construir, esse texto a partir de leituras relacionadas à gestão, gestão pública e agronegócio. A partir do cruzamento das leituras e das informações foi possível realizar o que consideramos uma leitura preliminar da situação do assentamento, que será mais bem explorada no prosseguimento de nossos estudos.

Foi possível verificar que, na percepção dos assentados, o motivo pelo qual os mesmos não conseguem empreender no mercado local e regional, a partir das possibilidades de sua história tem relação com a falta de auxílio do poder público que falha em assisti-los com técnica, recursos e orientação, o que se torna um empecilho para que eles possam desenvolver-se, uma vez que são pessoas com pouco poder aquisitivo e que não conseguem fazê-lo com recursos próprios.

Por outro lado, eles reconhecem que a inadimplência de alguns assentados junto aos bancos, referente ao não pagamento dos financiamentos conseguidos via PRONAF é uma fraqueza importante que precisam saber superar, uma vez que necessitam de novos financiamentos para subsidiar suas atividades.

Como consequências principais não conseguem atingir o mercado e mal possuem condições de sobrevivência. Entendem que a falta de trabalho conjunto foi sua principal fraqueza e motivo dos problemas atuais, o que também está ligada a incapacidade de gestão dos projetos que haviam iniciado. A maioria dos trabalhadores depende unicamente do rendimento conseguido com as atividades econômicas e comerciais desenvolvidas a partir de seu lote.

Queixam-se de falta de estrutura (divisão de pastos, curral adequado, disponibilidade de água, assistência técnica, maquinários agrícolas, medicamentos e suplementos agrícolas) que acreditam vir da falta de recursos econômicos e de uma organização interna forte que estaria resolvida através de uma associação efetiva, seu principal interesse. Porém, a percepção de uma falta de vocação de alguns assentados para o trabalho rural e habilidade de trabalho em grupo também impedem que se organizem de modo mais efetivo.

## Referências

- ARAUJO, Ney Bittencourt; WEDEKIN, Ivan; PINAZZA, L. Introdução. \_\_\_\_\_. Complexo agroindustrial: o agribusiness brasileiro. São Paulo: Agroceres, 1990, p02-17.
- BUAINAIN, Antônio Márcio; ROMEIRO, Ademar R; GUANZIROLI, Carlos. Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural. Sociologias, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 312-347.
- CARVALHO, Claudinê Jordão de. Elaboração e Gestão de Projetos. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2011, p.41-115.
- Gomes, Aguinaldo Rocha. Contabilidade rural e agricultura familiar. Rondonópolis, MT: (Cartilha), 2002.
- JUNQUILHO, Gelson Silva. Teorias da administração pública. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2010.
- LAMERA, Janice Alves; FIGUEIREDO, Adriano Marcos Rodrigues. Os Assentamentos Rurais em Mato Grosso. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/9/147.pdf>. Acesso em: 12/03/2016
- MASSILON, J. Araújo. Fundamentos de Agronegócio. São Paulo: Editora Atlas, 2007, 2ª edição (ampliada e revisada), p.13-36.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Políticas Públicas para Agricultura Familiar. Brasília: Gráfica Ideal, outubro de 2013.
- RUA, Maria das Graças. Políticas Públicas. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]; CAPES: UAB, 2009.
- SANTOS, Boaventura de Souza; RODRIGUES, C. Introdução. In: SANTOS, B. de S. (Org.). (Org). Produzir Para Viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002.
- SILVA, Sandro Pereira. Políticas públicas, agricultura e desenvolvimento territorial: uma análise dos impactos sócios econômicos do PRONAF no território médio Jequitinhonha – MG. Disponível em: <http://www.repositório.ipea.gov.br>. Acesso em 15/09/2015.

## Sites Consultados:

- <http://www.mda.gov.br>
- <http://www.bcb.gov.br/?PRONAFFAQ>
- <http://www.incra.gov.br>
- <http://www.institutosouzacruz.org.br>
- <http://www.ipea.gov.br/portal/>

## Fontes Orais:

- Senhor Josafá Santos da Rocha
- Senhor Carlos Alberto Silva
- Senhora Maria Sebastiana da Silva